Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO *EM* E *PARA* OS DIREITOS HUMANOS, NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL - EEDH

A ESCOLA NO COMBATE AO RACISMO: PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ELETROTÉCNICA DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS – CAMPUS DO VALPARAÍSO

JACIARA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA

BRASÍLIA

2015

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

JACIARA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA

A ESCOLA NO COMBATE AO RACISMO: PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ELETROTÉCNICA DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS – CAMPUS DO VALPARAÍSO

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado ao Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural, do Instituto de Psicologia e Educação da Universidade de Brasília – UnB.

Professora Orientadora: Drª Larissa Medeiros Marinho dos Santos

BRASÍLIA

2015

Pereira-Souza, Jaciara Cristina.

A Escola no combate ao Racismo: Percepções dos estudantes do curso de Eletrotécnica do Instituto Federal de Goiás – Campus do Valparaíso / Jaciara Cristina Pereira de Souza - Brasília 2015.

30 f.: il.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Departamento de Psicologia – EaD, 2015.

Orientadora profa. Dra. Larissa Medeiros Marinho dos Santos.

JACIARA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA

A ESCOLA NO COMBATE AO RACISMO: PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ELETROTÉCNICA DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS – CAMPUS DO VALPARAÍSO

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural do (a) aluno (a)

Drª Larissa Medeiros Marinho dos Santos

Professor-Orientador

Drª Patrícia Cristina Campos Ramos

Professor-Examinador

Brasília, 14 de novembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Direciono o meu primeiro agradecimento a Deus, por tudo que Ele é e pelo que me permite ser e alcançar. Nada disso seria possível sem o intermédio de Jesus Cristo à quem sou eternamente grata. Agradeço a presença do Espírito Santo que me conduz em toda a caminhada. Eles em sua excelência e Unidade renovam as minhas forças para que eu atinja resultados exitosos.

Agradeço aos meus pais, pessoas que amo. Em especial a minha mãe, Jacira Cristina Pereira, minha referência de amor e cuidado, responsável por me fazer seguir avante. Sua força, coragem e amor me alimentam. Com suor de seu trabalho, proporcionou-me todo o suporte que eu precisava, e, na vida escolar, ofertou-me os melhores materiais, estímulos para a minha vida educacional.

Aos meus irmãos que acompanharam a minha trajetória para a realização de mais uma importante etapa. Agradeço em especial a minha irmã e pastora, Márcia Cristina Pereira de Souza Silva pelas incontáveis e incansáveis orações.

Aos meus sobrinhos, pela torcida, em especial a Ana Thais Pereira de Santana, pela parceria diária e carinho em todo o tempo. Ao meu primo Nelcimar de Souza Prado pela paciência e cuidado.

Aos meus amigos, irmãos do coração, que estiveram presentes em cada etapa desse trabalho, em especial a Aneide Pereira de Souza, irmã do coração, pela dedicação e torcida.

A equipe de profissionais de saúde responsável pelos cuidados com a minha mãe, pelo profissionalismo e carinho dispensados ao meu bem maior, o que permitiu desenvolver meu trabalho com tranquilidade, em especial a Elenilda Conceição Oliveira pelas orações e companheirismo. Eternamente grata.

Aos trabalhadores brasileiros, financiadores do ensino público, por tornarem possível o meu acesso à educação pública e gratuita desde os primeiros anos de vida escolar até a universidade.

A Coordenação da pós-graduação e sua equipe, e a todas as pessoas que direta ou indiretamente fizeram o “Curso de especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural” acontecer da melhor forma possível, em especial a Juliana Crespo Lopes, pela tutoria realizada com

profissionalismo e total dedicação, e a minha Orientadora, Larissa Medeiros Marinho dos Santos, pela parceria e paciência.

Ao João Marcos Bailão de Lima, diretor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus do Valparaíso e ao Lucivânio Oliveira Silva, chefe de Departamento de Áreas Acadêmicas, por gentilmente apoiarem a realização do trabalho de intervenção.

Ao amigo e colega de profissão, Jeremias Rodrigues da Silva e a turma do segundo período do curso de Eletrotécnica, pelo apoio e cooperação para realização desse trabalho. Por fim, a todos que de alguma forma tornaram esse sonho possível.

RESUMO

O presente estudo buscou discutir a questão do racismo como realidade social bem como desenvolver ações de intervenção no combate as práticas desse cunho, o trabalho envolveu o processo de conscientização sobre a temática até o desenvolvimento de ações pedagógicas que facilitem o processo de desconstrução de práticas racistas no ambiente escolar e para além dele. A intervenção foi desenvolvida em uma turma do Proeja do curso de Eletrotécnica do Instituto Federal de Goiás, campus Valparaíso. Por meio do trabalho foi possível compreender como os/as estudantes lidam com o racismo bem como identificar atitudes que reforçam a existência do mesmo. Observou-se, portanto, que muitas destas práticas ainda são muito naturalizadas nas relações sociais. Nesse sentido, o projeto de intervenção foi fundamental para o processo de reflexão e compreensão de que o racismo (assim como os pensamentos e atitudes que o reforça) é uma questão séria e enraizada em nossa sociedade, e, portanto, deve ser combatido.

Palavras-chaves: racismo; práticas sociais racistas, ambiente escolar; proposta de intervenção.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
2 OBJETIVOS 10
2.1 Objetivo Geral 10
2.2 Objetivos Específicos 10
3 METODOLOGIA 10
3.1 Local de Intervenção 11
3.2 Participantes 11
3.3 Procedimentos de Registro e Análise das Intervenções 11
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 12
4.1 Encontros e desencontros socioculturais 12
4.2 Racismo e desigualdades raciais 13
4.3 A escola – um segmento social no combate ao racismo 17
5 AÇÕES DE INTERVENÇÃO 19
5.1 Primeira Etapa - QUESTIONÁRIO 19
5.2 Segunda Etapa – RODA DE CONVERSA 26
5.3 Terceira Etapa - DESCONSTRUINDO A PRÁTICA SOCIAL RACISTA 28
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO 30
CONSIDERAÇÕES FINAIS 31
REFERÊNCIAS 31

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira possui características pluriétnicas e as relações raciais se manifestam em todo o processo histórico-social e cultural do nosso país. Somos resultados dos encontros (ou desencontros) antagônicos entre diferentes matrizes étnicas: povos indígenas, europeus e africanos.

A formação da nossa história foi marcada pela violência, pelo etnocentrismo, pelo desrespeito à dignidade humana, pela subestimação dos povos indígenas e africanos, pela manifestação do racismo e coisificação humana. A partir do "descobrimento do Brasil" fomos construídos socialmente num processo de rejeição ao outro, calcados numa perspectiva eurocêntrica, e, muitos de nós nos comportamos apáticos às questões étnico-raciais em nosso país. Ao longo da nossa história a ideologia de raça é utilizada como objeto de hierarquização social, e, logo, de dominação, realidade que ainda predomina nos dias atuais. Contudo, no contra fluxo dessa evidência histórica, se fazem presentes os movimentos sociais (principalmente o Movimento Negro) que lutam veementemente por uma sociedade antirracista.

A escola, instância fundamental no processo de desenvolvimento e aprendizagem do ser humano, deve ser um ambiente de respeito à diversidade e à questão étnico-racial. Promover um espaço plural de valorização às relações étnico-raciais no qual os sujeitos escolares não sejam julgados por suas características fenotípicas, ou por sua crença e cultura - exprime, naturalmente, a promoção aos direitos humanos. Trazer à evidência de que somos resultados de identidades plurais, e, partirmos para a identificação e valorização dos povos indígenas e africanos como sujeitos fundamentais para a construção da nossa história e da nossa cultura diversificada constituem num importante processo de reconhecimento de nós mesmos.

O racismo deve ser amplamente discutido nos diferentes setores da sociedade, é importante que ele seja encarado como uma realidade a ser combatida, contrapondo, dessa forma, o mito da democracia racial. Nesse sentido, o problema a ser investigado no presente trabalho é: Como os estudantes lidam com a questão do racismo dentro e fora do contexto escolar? Para tanto, a intervenção consiste em discutir a temática, de modo a provocar reflexões em prol da

desconstrução de possíveis comportamentos racistas no contexto educacional e para além dele.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do presente trabalho consistiu em realizar ações de intervenção pedagógica em prol da desconstrução de possíveis percepções e comportamentos de cunho racista.

2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos consistiram em: b) analisar as percepções dos estudantes sobre a questão do racismo; b) identificar os possíveis comportamentos de cunho racistas por parte dos sujeitos escolares; e c) desconstruir estereótipos de inferioridade racial.

3 METODOLOGIA

O trabalho teve como base de desenvolvimento o estudo de caso, que possibilitou a investigação com foco num grupo específico. Nesse sentido, se utilizou da observação participante que segundo Lakatos (2010, p.177) “consiste na participação real do pesquisador na comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele”.

O trabalho de intervenção seguiu uma abordagem quali-quantitativa e se utilizou da técnica de observação no sentido de se verificar os possíveis comportamentos racistas por parte dos sujeitos escolares, o instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário com questões fechadas e abertas cujo objetivo foi identificar as percepções dos alunos sobre o racismo. A partir disso, foi realizada a intervenção com objetivo de desconstruir estereótipos de inferioridade racial.

A referida intervenção consistiu em 3 (três) etapas, elas envolveram desde a realização de questionário para se verificar, entre outros aspectos, possíveis

comportamentos racistas; processos de discussão sobre a temática abordada no presente trabalho; e reflexões sobre práticas de combate ao racismo no ambiente escolar e demais instâncias sociais.

3.1 Local de Intervenção

A intervenção foi realizada no Instituto Federal de Goiás, Campus do Valparaíso, localizado na BR 040, Km 6, Área 8, Gleba E, Fazenda Saia Velha, Anexa ao Parque Esplanada, no município de Valparaiso – GO. A escolha tem a ver com o meu vínculo profissional com a instituição. Inaugurado em 29 de setembro de 2014. O IFG – Valparaíso conta com turmas no curso de Automação Industrial, Mecânica (ambos Integrados ao ensino médio), Eletrotécnica (PROEJA, integrado ao ensino médio) e Licenciatura em Matemática; totalizando cerca de 169 estudantes. O campus é um dos 14 existentes ou em implantação na Rede Federal de Goiás.

3.2 Participantes

Para a realização da intervenção foram escolhidos alunos do segundo período do curso de Eletrotécnica (PROEJA, integrado ao ensino médio). A turma conta atualmente com 13 estudantes, com idade entre 19 e 57 anos, a maioria deles é autodeclarada parda e todos residem nas proximidades da região onde o campus está instalado.

3.3 Procedimentos de Registro e Análise das Intervenções

A intervenção se deu em três etapas: realização do questionário semiestruturado, com 15 perguntas relacionadas ao perfil do respondente e ao tema em questão. O instrumento de pesquisa teve por objetivo, servir de análise a respeito das percepções dos/das estudantes sobre o racismo bem como identificar a existência de possíveis práticas sociais racistas dentro e fora da escola.

Após a consolidação e análise dos questionários, seguiu-se para a segunda etapa da intervenção que consistiu em uma roda de conversa sobre a temática.

Nesse momento foi possível refletir sobre o racismo e como ele se apresenta nas práticas sociais.

A terceira e última etapa consistiu na reflexão sobre possíveis atitudes de combate ao racismo dentro e fora da escola. Cada estudante pôde socializar seus pensamentos e estratégias de combate as praticas sociais racistas por meio, inclusive, da apresentação de cartazes elaborados por eles. O registro de todo o processo de intervenção se deu por meio de fotos e gravações das falas dos/das participantes.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Encontros e desencontros socioculturais

Das relações sociais os seres humanos constroem as suas trajetórias de vida, eles carregam consigo sua identidade cultural, seu modo particular de perceber e viver o mundo, a partir também de uma lógica interacional e do contexto em que estão inseridos. Somos frutos da forma como somos (re)construídos socialmente, num processo dinâmico de encontro e desencontros de nossas diferenças manifestadas no conjunto de valores, regras, crenças, saberes, entre outros – assimilados e também transmitidos ao longo do tempo. Contudo, é importante ressaltar que nem toda interação social significa uma realidade pacífica. Determinado individuo/grupo sociocultural, com suas respectivas características, constitui uma referência para si.

As diferenças que constituem os seres humanos não devem ser percebidas como um problema, sobretudo, em suas instâncias formativas, tal como a escola. Contudo, tendemos a ignorar tudo o que difere de nós, rejeitando o que não converge com aquilo que tomamos como referência, e passamos a criar estereótipos. Laraia (2001) destaca:

> A nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isto, discriminamos o comportamento desviante. (LARAIA, 2001, p. 35).

Daí aquele que não é semelhante a nós (ou cuja ideologia não converge com a nossa) passa a ser visto de forma negativa. Então, a partir de comportamentos pautados em argumentações discriminatórias determinado grupo sociocultural passa a considerar-se superior em relação a outro, situação semelhante a construção da nossa própria história como povo brasileiro, pautada em comportamentos etnocêntricos

> O fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. Tal tendência, denominada etnocentrismo, é responsável em seus casos extremos pela ocorrência de numerosos conflitos sociais. O etnocentrismo, de fato, é um fenômeno universal. É comum a crença de que a própria sociedade é o centro da humanidade, ou mesmo a sua única expressão. As autodenominações de diferentes grupos refletem este ponto de vista (...). Comportamentos etnocêntricos resultam também em apreciações negativas dos padrões culturais de povos diferentes. (LARAIA, 2001, p.38)

A partir dessa relação "nós e o outro" (em que esse outro é tido como o diferente e desprezível) são construídas relações sociais discriminatórias que se reproduzem ao longo do tempo e nos mais diferentes segmentos da sociedade. O racismo é fruto dessa lógica ignorante, que se instalou desde o inicio da nossa historia e se revela ainda forte.

> (...) não é difícil ver manifestações de racismo no dia-a-dia da vida social brasileira. Ora ele é escancarado, como nos massacres frequentes, ora é silencioso, como no olhar policial que põe constantemente os negros sob suspeita. Pesquisa recente concluiu que há diferença de tratamento, por parte da justiça, de brancos e negros. Estes são tratados com mais severidade, desde a instância policial até o tribunal, como se a criminalidade e a possibilidade de "perturbar a ordem social" lhes fosse inerente. (NUNES, 2006, p. 96)

As práticas racistas se reproduzem, historicamente, de diferentes formas, nas entrelinhas das relações sociais, na sutileza de determinados comportamentos que denuncia tal prática até as suas manifestações mais gritantes cuja existência é tão explícita que ignorar sua ocorrência caracteriza uma atitude hipócrita.

4.2 Racismo e desigualdades raciais

O Brasil possui uma característica pluriétnica e sua formação enquanto nação é resultado dos encontros desencontrados entre os povos indígenas, europeus e

africanos; das tensões existentes na história da nossa sociedade, marcada pela subjugação dos povos indígenas e africanos, num processo discriminatório enraizado em nossa cultura e pelas desigualdades sociais notadamente estabelecidas até os dias atuais.

No período colonial se materializa a soberania de um grupo sociocultural (europeu) em relação aos outros (povos indígenas e povos africanos), numa relação de poder e de domínio político, administrativo, de bens de produção e da força de trabalho - ressalta-se, portanto, o trabalho escravo para o qual indígena e o africano foram submetidos.

A história de formação do povo brasileiro teve seu início marcado pela violência e por incontáveis aberrações sociais, isso inclui, por exemplo, o processo: a) de depopulação; b) de aculturação e c) de coisificação do sujeito subjugado pela figura do dominador europeu por meio processo de escravidão. A depopulação nesse caso pode ser caracterizada pelo extermínio de milhares de indígenas, hoje minoritários em nossa nação e no mundo.

> No processo de colonização estima-se, visto que não há registros oficiais sistemáticos, que milhões de índios tenham sido mortos em confrontos por suas terras, que outros tantos foram capturados para trabalhar como escravos e que muitos ainda fugiram para o interior do país. O extermínio do índio no Brasil atinge seu ápice na década de 1960, quando restavam apenas 100 mil índios. No Nordeste, os povos indígenas foram considerados extintos em meados do século XIX. (RIBEIRO, 1996b; SILVA, 2006 apud LIMA e ALMEIDA, 2010, p. 20).

O processo de aculturação caracteriza-se, nesse caso, pelo encontro das matrizes culturais em tela, das interações étnicas ocorridas de forma não pacífica, e sim traumática em decorrência de suas diferentes formas de violação de vidas humanas cuja relação de poder materializou-se na figura do dominador e do dominado.

> Os africanos removidos violentamente de seu continente (ou seja, de seu ecossistema e de seu contexto cultural) e transportados como escravos para uiva terra estranha habitada por pessoas de fenotipia, costumes e línguas diferentes, perdiam toda a motivação de continuar vivos. Muitos foram os suicídios praticados, e outros acabavam sendo mortos pelo mal que foi de nominado de banzo. Traduzido como saudade, o banzo é de fato uma forma de morte decorrente da apatia. (LARAIA, 2001, p. 35)

A coisificação do sujeito subjugado pela figura do dominador se observa, por exemplo, no status dado aos povos africanos no processo de colonização, status não de ser humano, mas de escravos, sujeitos a toda forma de violência pautada

principalmente num conceito ideológico de raças humanas, na tentativa de justificar o próprio processo de escravidão. Não diferente deles os povos indígenas também foram sujeitos a toda forma de subjugação, receberam, pois o status de figuras animalescas e selvagens. Observamos que essas categorizações culturalmente construídas deixam resquícios muito fortes em nossa sociedade reforçando o processo de inferiorização com o uso da violência que se materializada nos processos discriminatórios, na violação de direitos humanos e em práticas racistas.

> O racismo é uma ideologia que, em linhas gerais, classifica e hierarquiza indivíduos em função de seu fenótipo, numa escala de valores que tem o modelo branco europeu ariano como o padrão positivo superior e, do outro lado, o modelo negro africano como o padrão inferior. O racismo está presente no cotidiano das relações sociais, funcionando como um filtro social, fortalecendo ou cerceando oportunidades, moldando e reforçando os pilares de acesso e exclusão. E com a operação de clivagens raciais, o racismo alimenta as bases de uma sociedade desigual (THEODORO, 2013, p. 4).

É fundamental assumirmos a existência de práticas racistas nas relações sociais - é inegável, ainda que o mito da democracia racial constitui uma barreira para a discussão sobre as questões étnico-raciais e racismo em nosso país.

> A democracia racial é a ideologia ou discurso sociológico brasileiro da primeira metade do século passado que afirmava que no Brasil não havia discriminação ou preconceito racial. (...) é imperioso que essa ideia de democracia racial seja abolida nos meios acadêmicos, escolares e no senso comum. Não é mais possível ocultar as contradições sociais, raciais, e étnicas no Brasil para manter uma aparente harmonia e ordem que muitos prejuízos trazem para as camadas subalternas e os grupos raciais minoritários. (RABELO, 2014).

Em nossa sociedade, observamos historicamente que a pessoa negra não possui igualdade de oportunidades - situação que legitima as injustiças sociais.

> O racismo e seus reflexos na distribuição dos recursos são elementos estruturantes da desigualdade social no Brasil. O peso de seus efeitos é reafirmado por meio da evidenciação estatística de sua magnitude. A persistência da diferenciação racial no acesso a serviços públicos, na aquisição de capacidades e na posição social desvela as consequências da atuação sistemática de mecanismos de produção e reprodução das desigualdades em vários campos da vida social. (Ipea, 2010, apud SILVA, 2013, p. 13).

No mercado de trabalho, por exemplo, “mulheres e negros comumente assumem postos de trabalho menos importantes ou percebem salários menores, ainda que desenvolvam atividades iguais aos demais trabalhadores”, trata-se de um cenário no qual se pode notar muitas disparidades

> Os negros são maioria entre os trabalhadores sem carteira, entre os não remunerados e entre os trabalhadores domésticos. As mulheres correspondem a 93% desta última categoria. Por sua vez, as mulheres negras representavam 56% dos ocupados no trabalho doméstico, que empregava, em 2010, quase 6 milhões de trabalhadores, o que correspondia a 7% do total de trabalhadores ocupados. Apenas 34,5% dos trabalhadores domésticos possuíam carteira de trabalho assinada, percentual ainda mais reduzido para as mulheres negras (32% em 2010; 28% em 2000). (SILVA, 2013, p. 23).

No Brasil o rendimento médio das pessoas autodeclaradas negras, no ano de 2013 foi inferior ao rendimento das autodeclaradas brancas - é inferior também ao rendimento médio nacional.

Tabela 1. Brasil –Rendimentos médios reais recebidos no mês pelo trabalho principal

Raça/Cor	2012	2013
Brasil	**1.434,81**	**1.491,63**
Branca	1.859,30	1.948,43
Negra	1.089,36	1.129,61

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais. Com adaptações.

No referido ano a população desempregada com idade a partir de 16 anos era 6.499.151 pessoas sendo que 60,5% desse quantitativo correspondem as pessoas autodeclaradas negras[1]. Nos dados apresentados abaixo, considerou-se a população com 16 anos de idade ou mais.

Tabela 2. Brasil - População desempregada

Raça/Cor	2012	2013
Brasil	**6.102.669**	**6.499.151**
Branca	2.408.996	2.514.615
Negra	3.652.924	3.935.297

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais. Com adaptações.

Os números mostram que o nosso percurso rumo a uma nação antirracista ainda é muito longo, contudo, a mobilização social se torna, cada vez mais,

[1] IBGE: Consideram-se pessoas negras são as autodeclaradas pretas ou pardas.

importante em prol da busca de uma sociedade que garanta, efetivamente, igualdade de direitos a todos.

> Desde a chegada do primeiro negro, até hoje, eles estão na luta para fugir da inferioridade que lhes foi imposta originalmente, e que é mantida através de toda a sorte de opressões, dificultando extremamente sua integração na condição de trabalhadores comuns, iguais aos outros,ou de cidadãos com os mesmos direitos.(RIBEIRO DARCY, 1995, p. 173)

As desigualdades também se evidenciam na educação brasileira - o Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) publicou em 2013 a coletânea intitulada “Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes”, no qual se afirma que “os negros são os brasileiros com menor escolaridade em todos os níveis e enfrentam as piores condições de aprendizagem e maior nível de defasagem escolar”, os dados comprovam a necessidade de avançarmos em direção a uma sociedade mais justa no que diz respeito as questões raciais em nosso país.

4.3 A escola – um segmento social no combate ao racismo

O racismo se faz presente nos diversos segmentos da sociedade, inclusive em instâncias formadoras do indivíduo tais como as instituições educacionais, que infelizmente reforçam as práticas racistas e negam a existência de uma sociedade pluriétnica que é representada, sobretudo, pelos sujeitos escolares.

A escola é parte da sociedade, a primeira tende a reproduz a ideologia hegemônica historicamente apresentada na segunda, isso impacta as relações sociais uma vez que os seres humanos possuem aspectos étnico-raciais multifacetados que são ignorados por uma lógica etnocêntrica que nos cerca ao longo do tempo.

Contudo, vale ressaltar, que a escola é um espaço formativo e de promoção da cidadania para o qual os sujeitos escolares, trazem consigo suas histórias de vida. Trata-se de um ambiente em que se observa o encontro de diferentes trajetórias socioculturais bem como a presença de uma diversidade racial, elementos que nos permitem refletir, por exemplo, sobre como as relações sociais se estabelecem nesse ambiente. Oliva e Garcia ressaltam:

> Nenhuma sociedade pode se pensar como homogênea ou como possuidora de uma única inscrição cultural/identitária. As diferenças das mais diversas ordens – de origem, social, gênero, profissão, cor, idioma, idade, região,

> escolaridade, território, religião... – criam sulcos e formatos distintos dentro da sociedade e entre diferentes sociedades. (OLIVA e GARCIA, 2014, p. 196-197).

Considerar que nos ambientes educacionais encontram-se realidades multifacetadas não significa, necessariamente, afirmar que elas sejam reconhecidas e valorizadas nesses contextos. Parte-se do pressuposto de que o sentimento de pertença por parte dos sujeitos escolares ocorre quando estes percebem, claramente, que são aceitos e respeitados no conjunto de suas características socioculturais, por exemplo.

A sociedade brasileira possui uma pluralidade étnica que decorre de um processo histórico de formação do nosso povo. Portanto, a valorização da cultura afro-brasileira e africana se faz necessária no diferentes ambientes formativos do individuo, possibilitando uma compreensão aprofundada a respeito das contribuições dos africanos e seus descendentes para a construção de nossa própria história.

Vale, contudo, ressaltar que a história da África não deve ser compreendida tão somente a partir de uma única perspectiva, além disso, o continente em tela tem suas próprias histórias, valores, culturas e crenças, portando, não possui as suas raízes no processo de colonização.

A lei 10.639/03 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), tornando obrigatório o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana na rede oficial de ensino, constitui um importante marco legal que possibilita, por meio da sua aplicabilidade, a ampliação do nosso entendimento acerca de nossa (re)construção sociocultural, e da compreensão sobre a realidade africana contada para além da perspectiva da colonização. Este marco legal é uma conquista decorrente, sobretudo, da participação dos movimentos sociais em prol também do respeito às diferenças, e para o reconhecimento de uma sociedade pluriétnica e antirracista. Contudo, pesquisas apontam que, para aplicabilidade da referida lei, existem desafios que envolvem, por exemplo: a formação de professores; o currículo; o livro didático e, a resistência, por motivos diversos (inclui-se o preconceito) de diferentes atores/grupos sociais contrários a sua aplicabilidade.

As instituições educacionais por estarem comprometidas com o processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento do ser humano, devem também se comprometer em (re)construir a autoestima dos sujeitos escolares e o sentimento de

pertencimento de cada um deles, no conjunto de suas práticas pedagógica de modo que os alunos sejam partícipes do processo de desconstrução de toda prática racista no âmbito escolar e para além dele, e que isso resulte em relações efetivamente humanas, de respeito e a todas as pessoas.

5 AÇÕES DE INTERVENÇÃO

5.1 Primeira Etapa - QUESTIONÁRIO

Essa etapa consistiu na realização de um questionário aos alunos a respeito do racismo. O objetivo foi analisar as percepções dos estudantes sobre o tema, e identificar possíveis comportamentos de cunho racistas por parte dos sujeitos escolares inclusive em outros contextos sociais.

O Instituto Federal de Goiás, Campus Valparaíso, (IFG - Valparaíso) tem atualmente três turmas do Proeja no curso de Eletrotécnica. O curso é composto em sua maioria por pessoas do sexo masculino (86%), muitos destes/destas estudantes são provenientes da escola pública, na modalidade de educação de Jovens e Adultos. Para a realização do projeto de intervenção foi escolhida a 2° turma do referido curso. O instrumento de pesquisa, primeira etapa do trabalho, foi aplicado aos 13 (treze) alunos com idade entre 19 (dezenove) e 57 (cinquenta e sete) anos.

Figura 1: Imagem – Realização do instrumento de pesquisa à 2° turma do Proeja de Eletrotécnica
Fonte: Própria autora (2015).

Dos resultados dessa etapa têm-se:

Considerando o total de estudantes nas três turmas, observa-se que 53% são autodeclarados(as) pardos (as), os(as) demais são autodeclarados(as) pretos(as), brancos(as), ou, ainda não autodeclaram a sua raça/cor. A maioria dos/das estudantes da segunda turma se autodeclarou parda, conforme se verifica no gráfico abaixo.

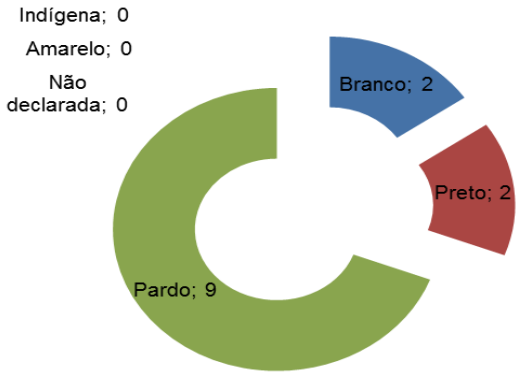

Figura 2: Gráfico sobre a categoria cor/raça
Fonte: Própria autora (2015).

Em relação se já sofreram/sofrem algum tipo de preconceito em decorrência da sua cor, dois/duas alunos(as) responderam positivamente. Contudo, um terceiro estudante embora não tenha afirmado ter sofrido (ou sofrer) tal preconceito relata adiante, no questionário, uma situação na qual foi vítima de uma prática racista.

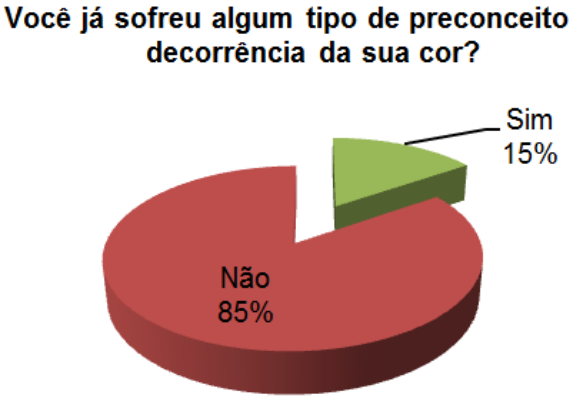

Figura 3: Gráfico – Vítimas de preconceito em decorrência da cor
Fonte: Própria autora (2015).

Perguntados(as) se já ouviram alguém dizer para outra(s) pessoa(s) expressões tais como “macaco”, “tinha que ser preto”, “nego (a)”, “neguinho (a)”, “tifu”, “carvão”, “cabelo duro”, “vida de preto é difícil”, “preto não é gente”; entre outras parecidas –os/as estudantes, em sua maioria, responderam positivamente.

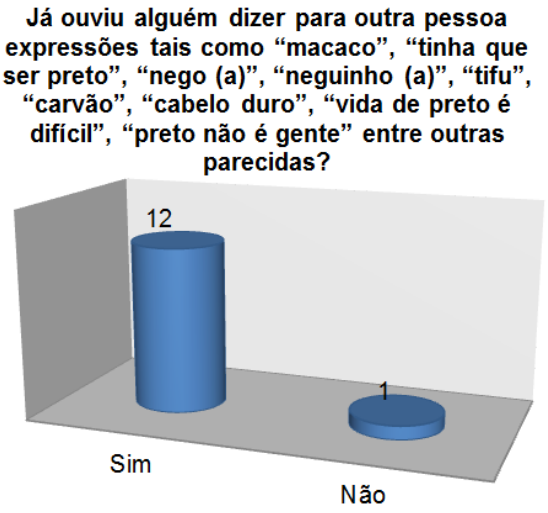

Figura 4: Gráfico – Termos pejorativos

Fonte: Própria autora (2015).

Os/As estudantes que responderam positivamente a pergunta anterior, puderam especificar em que local/locais ouviram tais expressões pejorativas em relação a(s) outra (s) pessoa(s). Nesse sentido, os/as alunos(as) puderam marcar mais de um local, a tabela abaixo mostra a frequência das respostas:

Locais	**Frequência**
Escola	9 vezes
Trabalho	9 Vezes
Rua	8 vezes
Em casa (Família)	3 vezes
Estabelecimento Comercial	1 vez
Outro.	1vez

Figura 5: Tabela – Frequência dos locais cuja presença de termos pejorativos aparecem

Fonte: Própria autora (2015).

Os/As estudantes também foram perguntados se os mesmos utilizaram/utilizam alguma (s) das seguintes expressões: “macaco”, “tinha que ser

preto", "nego (a)", "fumaça" "pinche", "negão" "neguinho(a)", "tifú", "carvão", "cabelo duro", "vida de preto é difícil", "preto não é gente" " volta para senzala que lá é o seu lugar" " preto se não é pagodeiro é jogador de futebol", "é preto (a), mas é legal." - entre outras parecidas. 54% dos/das alunos(as) responderam positivamente, conforme mostra o gráfico abaixo:

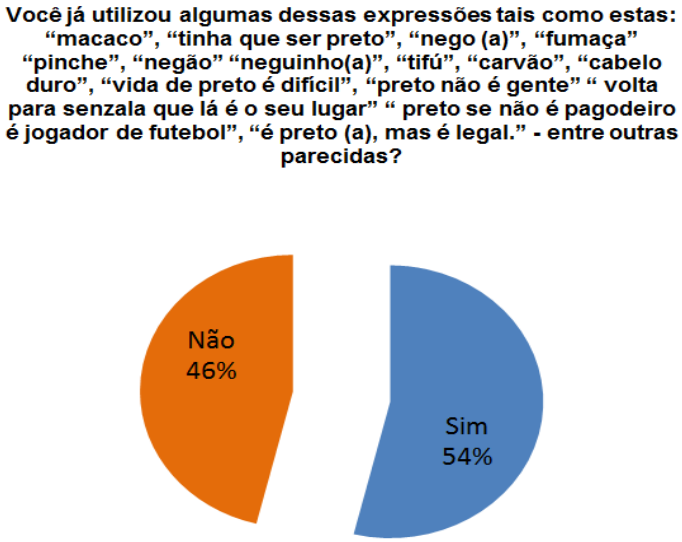

Figura 6: Gráfico – Termos pejorativos utilizados pelos/pelas pesquisados/pesquisadas

Fonte: Própria autora (2015).

Perguntados se conheciam alguma(s) pessoa(s) que consideram racista(s), os/as estudantes, em sua maioria se dizem conhecer.

Figura 7: Gráfico – conhecimento por parte dos/das estudantes de pessoas que eles/elas consideram racistas.

Fonte: Própria autora (2015).

Os/As estudantes que responderam positivamente a pergunta anterior puderam especificar qual/quais local/locais a(s) pessoa(s) que eles/elas consideram

racistas pertencem. Nesse sentido, os/as alunos(as) puderam marcar mais de um local, a tabela abaixo mostra a frequência das respostas:

Locais	**Frequência**
Em casa (Família)	4 vezes
Trabalho	4 vezes
Escola	4 vezes
Outro.	2 vezes

Figura 8: Tabela – Frequência de respostas referentes aos locais em que há pessoa(s) conhecidas dos/das estudantes, considerada(s) racista(s) pelos/pelas mesmos/mesmas.
Fonte: Própria autora (2015).

Perguntados se há racismo na escola, apenas dois/duas alunos(as) responderam negativamente. Número considerável para se trabalhar a temática com a referida turma.

Figura 9: Gráfico – racismo na escola
Fonte: Própria autora (2015).

Se já presenciaram alguma atitude racista no ambiente escolar, apenas duas pessoas responderam negativamente. Todos/todas os/as estudantes afirmaram que tal/tais atitude(s), partiu/partiram de colegas.

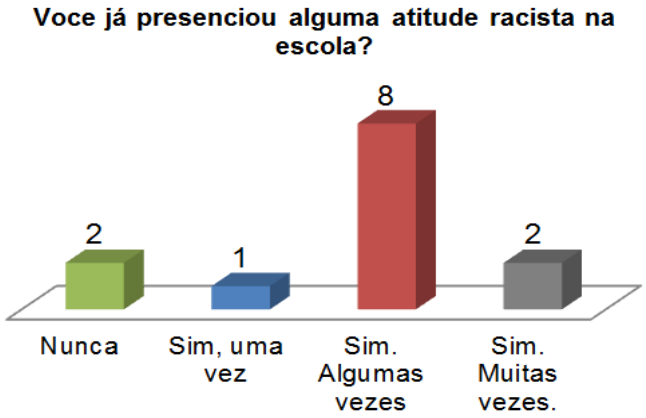

Figura 10: Gráfico – Presença de atitudes racistas na escola

Fonte: Própria autora (2015).

Se já foram vítimas de alguma atitude racista na escola, 10 estudantes responderam negativamente, ou seja, afirmaram nunca terem passado por esse tipo de situação.

Você já foi vítima de alguma atitude racista na escola	**N° de alunos**
Nunca	10
Sim. Uma vez	1
Sim. mais de uma vez	2

Figura 11: Tabela – Vítima de atitude racista na escola

Fonte: Própria autora (2015).

Os/ As estudantes que afirmaram ter sido vítimas de atitude(s) racista(s) tiveram a oportunidade de relatarem o(s) fato(s), caso quisessem fazê-lo(s). A partir disso, foi possível obter dois relatos:

> *"Me envolvi numa briga por conta de racismo contra meu amigo da escola, pois três indivíduos racistas queriam agredi-lo além de ter xingado nós de macacos e etc..." (*Estudante Y, autodeclarado preto)

> *"Foi uma vez que eu atendi o celular... Eu chamei assim: Cezinha de açúcar (que é o meu apelido). Aí o meu amigo zuou e me chamou de pombinha branca." (*Estudante R, autodeclarado preto).

Observarmos a partir da experiência vivenciada pelo estudante Y que a figura da pessoa negra é animalizada na pratica social racista questão que nos remete as considerações apontadas por Theodoro (2013) quando afirma que o racismo como uma ideologia, de modo geral, hierarquiza indivíduos em função do fenótipo, atribuindo-lhes, portanto, valores com base em padrões etnocêntricos considerados aceitáveis.

Perguntados se têm/tiveram alguma(s) atitude(s) racista(s), apenas duas pessoas responderam positivamente. Afirmaram ainda que tal/tais atitudes se deram na família, escolas ou na rua. Uma respondente deixou a referida pergunta em branco.

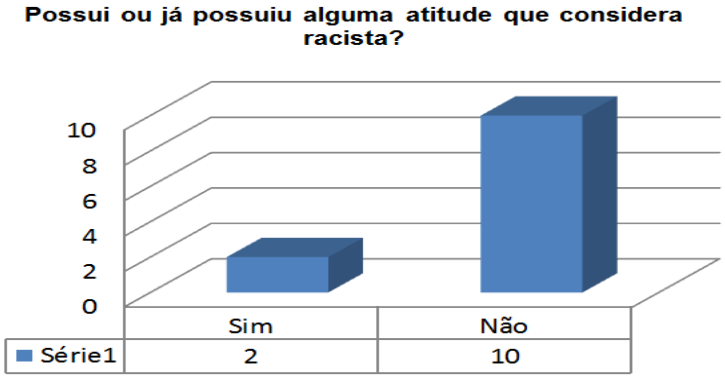

Figura 12: Gráfico – Atitude racista.

Fonte: Própria autora (2015).

Por fim, perguntados se eles se consideram racistas todos os alunos responderam negativamente. Embora os/as alunos(as) não se percebam racistas, muitos deles/ delas legitimam o preconceito racial em suas práticas sociais. Comportam-se ora conscientes que tais atitudes são ofensivas, ora com a percepção de que estas atitudes, na visão deles, não passam de meras brincadeiras.

5.2 Segunda Etapa – RODA DE CONVERSA

Essa etapa foi fundamental para refletirmos acerca da temática, uma vez que a consolidação dos dados obtidos por meio da realização do questionário de pesquisa foi possível identificar, por exemplo, que 85% dos/das estudantes

acreditam que exista racismo na escola; 61% dos/das participantes afirmam conhecer alguém que considera racista.

Nessa etapa foi possível captar as reais percepções que os/as estudantes tinham acerca da temática. A conversa consistiu no processo de discussão, nesse sentido, os alunos destacaram que o racismo é uma realidade em vários contextos sociais, contudo, para eles/elas, os termos pejorativos utilizados para desqualificar a pessoa negra, por exemplo, nem sempre são de cunho ofensivo.

Figura 13: Imagem – Roda de conversa sobre racismo

Fonte: Própria autora (2015).

Estudante Z: *“Se a gente chamar de negão não é racismo, mas se chamar de macaco, aí não tem jeito, é racismo”.*

A partir da fala apresentada podemos observar que a utilização do termo pejorativo “macaco” é considerado algo ofensivo para o estudante Z, ou seja, para ele tal termo desqualifica a pessoa negra. Nos discursos de outros estudantes foi possível observar que utilização de alguns termos pejorativos não é visto por eles como algo ofensivo, mas são utilizados apenas como brincadeira. Estudante W:

> *“Onde eu moro eu presencio situações assim... No futebol tem um colega que a gente chama de neguinho, mas no jogo, às*

vezes, a gente chama ele de macaco. Ele aceita e tudo, ele sabe que é brincadeira."

Figura 14: Imagem – Roda de conversa sobre racismo
Fonte: Própria autora (2015).

Discutimos ainda sobre a reprodução dessa prática social - quando alguém, mesmo que não seja racista ou não se considere como tal, desqualifica a pessoa negra com termos pejorativos, por exemplo, estará legitimando uma prática racista.

Refletimos sobre o uso dos termos pejorativos, como eles são naturalizados no meio social, e como a prática de cunho racista, muitas vezes é tomada como mera brincadeira. Discutirmos ainda sobre o racismo e suas consequências. Nessa etapa passamos para o processo de conscientização de que tal prática é uma questão que deve ser observada com seriedade e ser discutida nas mais diferentes instâncias sociais.

Nessa etapa, os/as estudantes tiveram também a oportunidade de socializar experiências vivenciadas por eles/elas, ou, ainda, por pessoas próximas que foram vítimas de prática(s) racista(s). Puderam verificar também, por meio disso, que tais atitudes não podem ser vistas como mera brincadeira. Destacam-se dois depoimentos:

"Minha ex-mulher era mais preta que o colega aqui. Os meus colegas falaram: Você pegou a neguinha? Uma neguinha daquela?(...) O relacionamento acabou não dando certo e um

> *dos motivos é que a minha família e a dela não aceitavam a gente". (*Aluno Q autodeclarado pardo).
>
> *"Minha ex-sogra não aceitava meu relacionamento com a filha dela. Ela dizia que se a gente tivesse filhos eles seriam filhotes de urubu". (*Estudante R, autodeclarado preto).

Por meio também desses depoimentos os/ as estudantes observaram o quanto a prática racista é algo factual até os dias de hoje e que o combate a ela se faz necessário em nossa sociedade. Além disso, os/as estudantes receberam diferentes informações midiáticas impressas sobre casos de racismo, e, dessa forma, puderam também discutir acerca da temática.

5.3 Terceira Etapa - DESCONSTRUINDO A PRÁTICA SOCIAL RACISTA

A etapa consistiu em refletir, juntamente com os/as alunos(as), sobre as práticas antirracistas que perduram em nossa sociedade. Nesse sentido, os/as estudantes puderam, ainda, escrever e verbalizar sobre as formas de atuação possíveis para se combater o racismo na escola e nas outras instâncias sociais.

O contato com os discursos dos/das estudantes que foram vítima de atitudes de cunho racista bem como os casos de racismo veiculados na imprensa apresentados nessa etapa foram elementos importantes para o processo de reflexão dos/das alunos(as).

Figura 15: Imagem – Discussão sobre a temática

Fonte: Própria autora (2015).

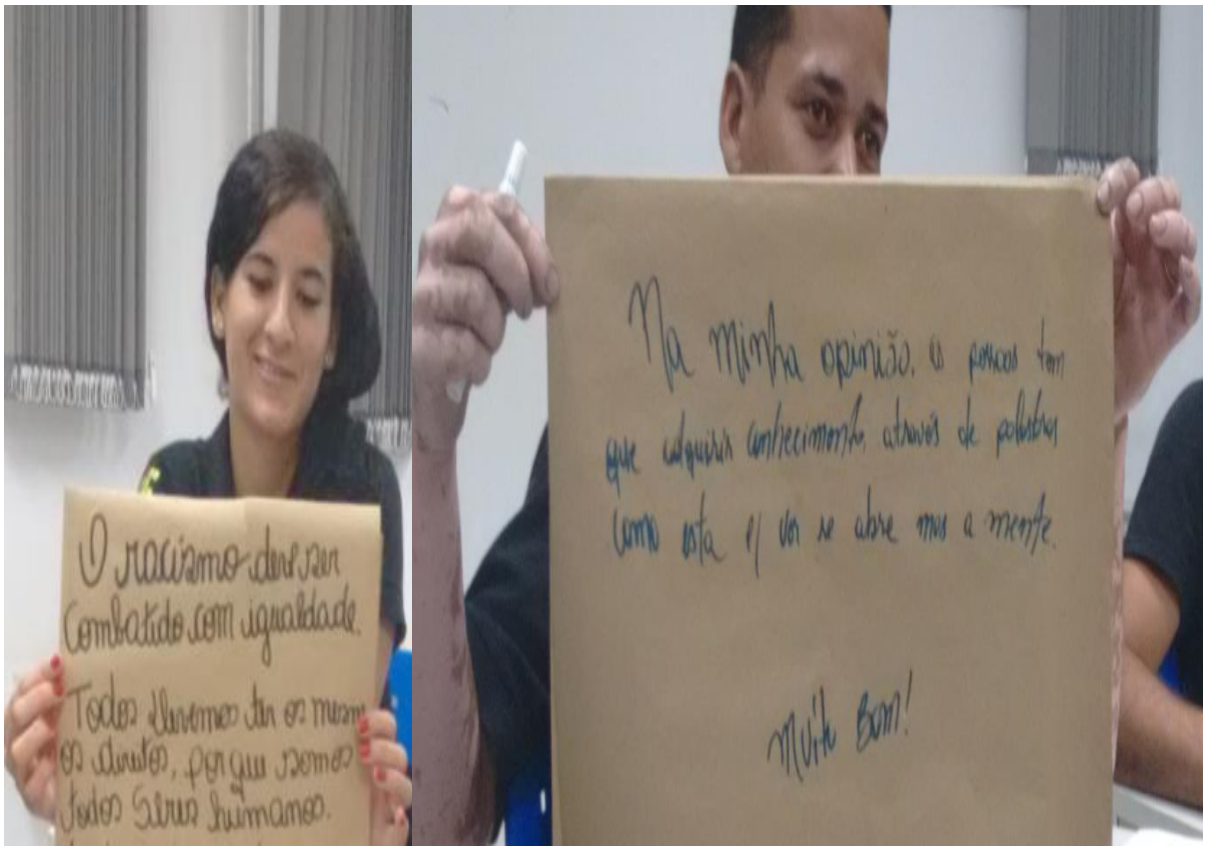

Figura 16: Imagem – Apresentação dos alunos sobre possíveis ações de combate ao racismo

Fonte: Própria autora (2015)

Um estudante levantou a questão do ensino de cultura como aspectos importantes de combate ao racismo. Discutimos assim, acerca de como conhecemos a formação do nosso povo, quais foram os estereótipos socialmente criados e sustentados até os dias atuais a respeito do negro. Na discussão os/ as estudantes desconheciam a lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de historia e cultura afro-brasileira e africana, desconheciam, pois a lei e seu conteúdo.

As reflexões sobre de que forma o racismo pode ser combatido foram diversas, vão desde a educação familiar em que a noção de respeito ao outro deve ser desenvolvida até mesmo ao desenvolvimento de projetos e ações de combate ao racismo, tais como palestras de conscientização, criação de novas leis e atitudes punitivas.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO

A partir do projeto de intervenção foi possível observar que os/as estudantes percebem que o racismo é algo presente em nossa sociedade. Contudo, algumas práticas sociais racistas não são percebidas como tais.

A partir das falas dos que foram vítimas de práticas racistas, observa-se o tratamento de inferioridade que foi dado a essas pessoas. Em seus relatos são verificadas, por exemplo, situações em que esses estudantes receberam o status de não humanos.

Ao longo das etapas desenvolvidas na intervenção os/as alunos(as) se mostraram participativos(as) e acessíveis quanto ao tratamento do tema o que facilitou o processo de conscientização de combate ao racismo. Dessa forma foi possível trabalhar na sala de aula o racismo como realidade que se manifesta nas entrelinhas das relações sociais e até em sua forma mais gritante.

Coadunando com as idéias de Nunes (2006) as práticas sociais racistas são visíveis em nossa sociedade, isso pode ser percebido quando elas partem, por exemplo, de um processo de naturalização de uso de termos pejorativos para desqualificar a pessoa negra, ou, ainda, quando tais termos partem de pessoas que não percebem nessas praticas o seu cunho racista.

Dessa forma, observamos que a atitudes que reforçam o racismo parte de pessoas conscientes e não conscientes desse tipo de comporta0mento, e, também,

dessa forma a prática racista entranha-se nas relações sociais. Diante do exposto, sobretudo em prol do combate ao racismo, faz-se necessária a continuidade da discussão sobre o tema nas escolas e nas demais esferas da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações realizadas no período do projeto de intervenção permitem refletir sobre a necessidade de discutirmos continuamente a questão do racismo, tanto na escola quanto em outras esferas sociais. O projeto possibilitou compreender que o combate as práticas racistas devem ocorrer para além do contexto escolar, envolvendo, portanto, as famílias, o ambiente de trabalho e a sociedade em geral.

Os resultados a partir do questionário permitiram compreender sobre como os/as estudantes lidam com a questão do racismo. Desta forma, observou-se em alguns discursos, que muitas práticas de cunho racista são naturalizadas nas relações sociais. Verificou-se ainda que um número considerável de estudantes já usou termos pejorativos que desqualificam o negro, ou, ainda já ouviram pessoas reproduzindo práticas sociais racistas.

Por meio do projeto de intervenção foi possível a sensibilização por parte dos/das estudantes sobre o tema, sobretudo, no que diz respeito a necessidade de se buscar por uma sociedade antirracista, mais igualitária cujas relações étnicorraciais sejam valorizadas e respeitadas. É fundamental que o combate ao racismo seja contínuo no âmbito escolar no sentido de se obter mudanças mais efetivas de pensamentos e atitudes dos indivíduos em diferentes instâncias sociais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcio Mucedula. **“Raça” e Desigualdade: as diversas interpretações “Raça” e Desigualdade: as diversas interpretações sobre o papel da raça na construção sobre o papel da raça na construção da desigualdade social no Brasil.** Tempo da Ciência (15) 29: 115-133, 1º semestre 2008. http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/NEAB/AGUIAR%20Marcio.%20Raca%20e%20desigualdade..pdf

BARROS, Zelinda. “Escola, racismo e violência”. In: **Projeto Gênero, Raça e Cidadaniano Combate à Violência nas Escolas** – Caderno para Professores”. NEIM/UFBA, 2005.p. 35-39.
http://www.academia.edu/1497114/Escola_racismo_e_viol%C3%AAncia

Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes**/ Tatiana Dias Silva, Fernanda Lira Goes, organizadoras. – Brasília: Ipea, 2013. 186 p. : gráfs., mapas, tabs. Inclui bibliografia.

_____ Ministério da Previdência Social. Informe de Previdência Social, 2015, p.4

CATARINO, Carolina. **Racismo influencia desempenho escolar**. *Cienc. Cult.* [online]. 2007, vol.59, n.2, pp. 11-11. ISSN 2317-6660. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n2/a05v59n2.pdf

GOMES, Nilma Lima (2008). **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10639/03**. In: CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio (orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico** / 14.ed - Rio de Janeiro: Jorge "Zahar Ed., 2001.

MACHADO, Fernando Luís. **Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual?.** Sociologia, Problemas e Práticas, 2000, vol., n. 33, ISSN 0873-6529.

NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita**. *Psicol. USP* [online]. 2006, vol.17, n.1, pp.

OLIVA, A. R.; GARCIA-FILICE, R.C. **Identidade em Construção Pluralidade Cultura, o Ensino de História Africana e a Educação Étnico-Racial Diálogos Necessários.** In: MORAES, C. C. P; LISBOA, A. S; OLIVEIRA, L.F. Autores: Allysson Fernandes ... [et al.]. (Org.). Educação para as relações Enicorraciais. 2ª ed.Goiânia: FUNAPE, 2012, v. Único, p. 193-245.

OLIVEIRA, Fátima. **Ser negro no Brasil: alcances e limites.** Estud. av. vol.18 no.50. São Paulo Jan./Apr. 2004.

Ribeiro, Darcy. **O Povo Brasileiro - A formação e o sentido do Brasil.** Companhia das Letras . 1995. São Paulo. 2° edição.

SALZANO, Francisco M. **Raça, racismo e direitos humanos.** Horiz. antropol. vol.11 no.23 Porto Alegre Jan./June 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100015

SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira; Wagner de Campos Sanz. **Educação para as relações Etnicorraciais** 2. Coordenação [de] Cristina de Cássia Pereira de Moraes. – Goiânia : FUNAPE, UFG/Ciar, 2011.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão.**Rev. psicol. polít. vol.10 no.19 São Paulo jan. 2010.

SILVA, Tatiana Dias. **Panorama social da população negra.** In: Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes/ Tatiana Dias Silva, Fernanda Lira Goes, organizadoras. – Brasília: Ipea, 2013. P. 13-26.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga. **Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica.** In Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29 n.1, jan/jun 2003, p. 147-165). http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a11v29n1
Acesso em: setembro de 2015.

THEODORO, Mario. As relações raciais, o racismo e as políticas públicas. 2013. Disponível em:
http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8786&Itemid=459
Acesso em: agosto de 2015.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.